Sarney ameaça todo o seu Ministério

CLÁUDIO KUCK
Enviado especial

BARILOCHE — O presidente José Sarney vai mudar o Ministério a partir de segunda-feira, qualquer que seja o resultado da convenção do PMDB, haja ou não votação sobre a duração do mandato presidencial. Sarney disse ontem na Argentina que os ministros ocupam cargos de confiança que "não são apenas do partido, mas essencialmente do presidente". O governo está cobrando apoio, não apenas dos ministros do PMDB, mas também dos parlamentares sob sua influência.

O presidente afirmou que continua acreditando na manutenção da Aliança Democrática e que não quer trocar ministros, mas foi enfático ao repetir que se recusa a admitir que o PMDB possa "romper" com ele. O porta-voz Frota Neto explicou que Sarney quer continuar a política de transição democrática e ter tempo para concluí-la, necessitando, por isso, de "todo o apoio político-partidário, refletindo em nítida maioria na Assembléia Nacional Constituinte e no Congresso". Isso significa que "o governo exige sintonia do PMDB com a equipe de governo, cobra coesão e unidade de todos com seu programa de política econômica e social em todos os níveis".

Sarney manifestou na Argentina posições firmes, deixando bem claro que quem não estiver afinado com seu governo vai ter de sair imediatamente. Alguns ministros, como Celso Furtado e Raphael de Almeida Magalhães, já estariam sob "observação" do Planalto, para ver se eles, além do mero apoio aos cinco anos de mandato, estariam dispostos a lutar por isso. E, nas conversas a respeito na Argentina, sempre é lembrado que Dante de Oliveira deixou o Ministério por causa dessa mesma questão.

Sarney continua tentando junto ao deputado Ulysses Guimarães que o mandato e o regime não sejam votados na convenção do PMDB. Ulysses chegou a anunciar ontem que Sarney lhe havia pedido que desmentisse as notícias, publicadas ontem, sobre a reforma ministerial. Mas Frota Neto deu o dito por não dito, ao revelar que, de qualquer maneira, "o governo vai fazer uma análise crítica das forças que o apóiam". O presidente quer deixar de ser refém do PMDB e vai rever a questão dos ministros que, mesmo dando-lhe apoio de última hora, representam forças que estão dificultando sua ação. Ainda que vençam os cinco anos na convenção, disse Frota Neto, a divisão do PMDB estará caracterizada e as correntes contrárias serão "amansadas". Sarney pediu um perfil do PMDB e sente falta de um partido que apóie o governo e não esteja apenas no governo.

O presidente não quer que Ulysses saia enfraquecido da convenção e, por isso, decidiu que, ao retornar a Brasília, participará do jantar com os governadores na casa do presidente do PMDB. O porta-voz acha "difícil" o presidente ir à convenção, mas admite a possibilidade de encerrá-la. O ministro Bresser Pereira, contudo, estará lá defendendo sua política econômica.

"O presidente Sarney não vai tolerar mais um discurso oposicionista de quem tem postura governista" — desabafou Frota Neto, o que indica que, após a convenção, a posição de cada um será cobrada. Se o resultado da convenção for "àltamente positivo", a Aliança Democrática estará garantida na forma atual. Caso contrário, será ampliada, com a arregimentação de outros partidos de sustentação a Sarney. Essa base mais ampla já está sendo articulada pelo senador Marco Maciel, conforme admitiu Frota Neto. Segundo ele, Maciel e o governo buscam um acordo suprapartidário que garanta um projeto mínimo de administração, "que pode ser o Plano Bresser".

AFP

Sob neve, Sarney e Alfonsín, sem recepção popular

Ulysses tenta unificar temas econômicos

O documento econômico elaborado pela cúpula do PMDB para ser debatido na convenção nacional do partido está em aberto. O presidente Ulysses Guimarães vem tentando negociar com o grupo do líder do partido na Constituinte, Mário Covas, que redigiu outro documento, uma proposta unificada.

Para não perder o prazo regimental de entrega das moções que serão levadas à convenção, Ulysses encaminhou formalmente, na quarta-feira à noite, o documento da cúpula à secretaria-geral do PMDB. Logo depois, ele o retirou extra-oficialmente, colocando-o no bolso, para entendimento com a ala de Covas.

Os três pontos básicos do documento da cúpula peemedebista são: salário mínimo, dívida externa e Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o texto, o salário mínimo deixará de servir como referência para fixar os salários das diversas categorias profissionais, assim como terá seu valor duplicado em até quatro anos. Quanto à conversão da dívida exerna em investimentos, as lideranças peemedebistas exigem que o assunto seja muito discutido, antes de sua aprovação, para evitar que ocorra a desnacionalização de empresas.

A direção do PMDB sugere ainda que o governo não recorra ao FMI, enquanto aquela instituição mantiver sua política recessiva. De acordo com o documento, a recessão e as imposições do FMI ferem a soberania nacional.

Ulysses Guimarães poderá manter dois encontros ainda hoje com Mário Covas, na tentativa de compatibilizar os dois documentos.

Líderes sugerem não votar mandato

O colégio de líderes do PMDB na Câmara decidiu ontem, por unanimidade, sugerir que seja transferida à Assembléia Constituinte a decisão sobre a duração do mandato presidencial e sistema de governo. A proposta foi apresentada pelo vice-líder Genebaldo Correa (BA). Por sugestão do líder Luiz Henrique (SC), se a convenção decidir pela votação das duas questões, o voto deve ser secreto.

Pela manhã, a Comissão Executiva Nacional, em reunião presidida pelo 3° vice-presidente, senador Afonso Camargo (PR), definiu modelo de cédula a ser usado na votação de sistema de governo e duração de mandato — se não prevalecer a proposta de transferência da decisão à Assembléia Constituinte.

Haverá uma cédula para sistema de governo-parlamentarismo ou presidencialismo, com suas variações —, para o atual período de governo (Sarney) e, outra, para o texto permanente da Constituição, aos futuros presidentes. A Comissão Executiva levou quase duas horas discutindo como promover a votação do item III da pauta da convenção.

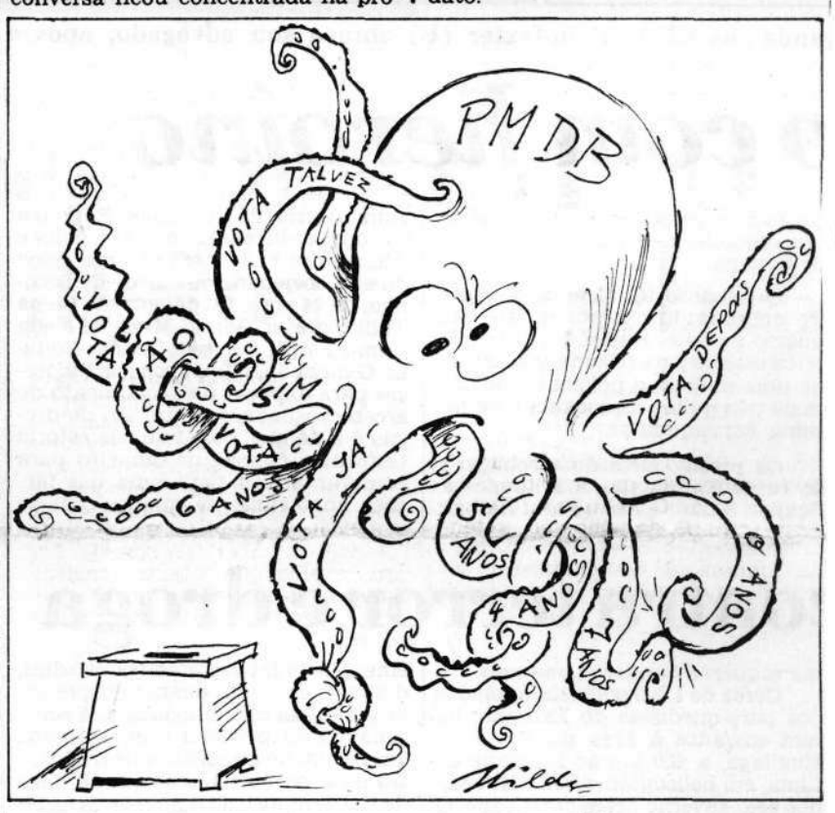
Foram também definidas as questões que constarão de questionário a ser submetido aos convencionais, de ordem programática. São os seguintes: reforma agrária; princípios gerais e intervenção do modelo econômico; empresa nacional — definição; sistema de mercado; capital estrangeiro; questão urbana; ensino público; e comunicações.

Covas, menos intransigente

Embora insista no prazo de quatro anos e eleições diretas presidenciais em novembro de 88, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, está disposto a conversar com o presidente José Sarney sobre a proposta de definição do atual mandato. O responsável por essa mudança é o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, com quem Mário Covas esteve analisando o assunto, durante o café da manhã de ontem, em sua casa.

Estavam presentes ainda o senador José Richa (P, amigo pessoal de Covas, e o deputado Euclides Scalco (PR), vice-líder na Constituinte. E a conversa ficou concentrada na proposta apresentada quarta-feira pelo governador de Goiás, Henrique Santillo, para que Mário Covas aceitasse uma definição sobre o mandato presidencial, seja por quatro ou por cinco anos. Como resposta, Covas havia se limitado a dizer que nada tinha de pessoal contra Sarney, mas que sua posição é de considerar encerrada a transição democrática em novembro de 1988, com as eleições diretas para presidente.

O argumento empregado para convencer Covas foi o de que o senador paulista se tornou um intransigente no partido, cuja maioria já aceita adiar a decisão sobre o mandato.



Para Maciel, o bom senso vai prevalecer

O senador Marco Maciel não acredita no rompimento da Aliança Democrática, como previu o presidente Sarney, se o PMDB fixar o seu mandato em quatro anos, porque tem informações de que a convenção do partido nem votará a questão. "O bom senso prevalecerá. Não vai haver confronto entre o presidente e o partido que lhe dá sustentação", afirmou. O senador passou todo o dia de ontem em São Paulo para uma série de contatos políticos — está tentando fortalecer o PFL na Capital — e disse que a Aliança Democrática deve ser mantida para assegurar a continuidade do processo de transição.

Para Marco Maciel, o presidente cometeu uma "falha" ao pedir às lideranças partidárias que definissem a duração do seu mandato. "Esta é uma questão transitória e não permanente. Se alguém de Marte viesse agora ao Brasil pensaria que a Constituinte foi convocada para discutir o mandato do presidente Sarney", brincou. Segundo ele, já que a Constituinte está numa espécie de intervalo, é importante discutir temas mais amplos para fixar objetivos comuns e até um calendário para a transição democrática. Encarregado pelo presidente Sarney, ele está tentando montar um acordo partidário que garanta uma pauta mínima de entendimento entre as lideranças.

O senador já conversou com todos os partidos representados na Constituinte e parte para uma segunda rodada de negociações depois da convenção do PMDB. A duração do mandato do presidente Sarney está fora da pauta de discussões. "Tenho três pressupostos — explicou. Primeiro, tento estabelecer as convergências; depois, discuto as divergências e, finalmente, elimino o inconciliável." Para ele, aliás, um ano a mais ou a menos não vai mudar a história brasileira.

EM BUSCA DE QUADROS

Pela manhã, o senador do PFL fez uma visita à Votorantim para conversar com o empresário Antônio Ermírio de Moraes. Depois, almoçou com o banqueiro Olavo Setúbal. A ambos, Marco Maciel fez um apelo para que continuem na vida pública, lembrando que o Brasil tem poucos quadros políticos capazes de representar uma liderança verdadeira. Antônio Ermírio está sendo apontado como um possível nome do PFL para a sucessão municipal. O convite para ingressar no partido ainda não foi feito oficialmente, mas está nos planos de Maciel.

O senador também fez uma visita ao general Golbery do Couto e Silva, internado no Hospital Sírio-Libanês, e manteve uma série de contatos políticos — até mesmo com sindicalistas — no escritório do secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura, Cláudio Lembo.

Não existe tendência definida. Só divisão

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

Ganhe a proposta de cinco anos de mandato para o presidente Sarney ou a de quatro, o sistema parlamentarista ou o presidencialista, o que ficará claro na convenção deste fim de semana do PMDB é que o partido está dividido. De estado para estado, a tendência dos convencionais acaba sendo uma só, a de provar que a divisão existe, apesar dos desmentidos de líderes e governadores. Estes, num esforço de manter o partido unido adiando a discussão do mandato e do sistema de governo, fizeram um documento — iniciativa de Orestes Quércia, de São Paulo — e o enviaram ao presidente peemedebista, deputado Ulysses Guimarães, na quarta-feira. Para reafirmar a divisão até entre os governadores, ontem os da região amazônica estiveram reunidos e passaram a exigir que a convenção de amanhã e domingo decida sobre o mandato de Sarney.

A posição deles, como da maioria dos governadores, é por cinco anos de mandato. "Tomamos decisão unânime de que a matéria tem de ser objeto de decisão da convenção. Não se admite mais a protelação da decisão" — destacou Amazonino Mendes, do Amazonas, acrescentando que "a tendência de todos os governadores do Norte é pelo mandato de cinco anos, inclusive o do Pará, Hélio Gueiros, que não veio à reunião mas tem a mesma opinião".

Unidos no tempo de mandato, separados na premência de discutir a questão. Tanto que Orestes Quércia, ontem, se dizia convicto de que o tema não será debatido na convenção: "Acho que está havendo uma tendência no partido de não se decidir se vão ser quatro ou cinco anos; vai ser simplesmente não tomar decisão agora na convenção".

Fernando Collor, de Alagoas, é outro dos governadores que, assim como Miguel Arraes, de Pernambuco, querem ver o assunto decidido neste fim de semana. Collor teve audiência ontem com Ulysses, que deve ter ficado desagradado com o que ouviu: dos 17 votos de convencionais alagoanos, 14 são favoráveis a um mandato de quatro anos para Sarney. Ulysses prefere cinco.

E o que acontecerá se a convenção ignorar os pedidos em contrário e acabar discutindo e votando por quatro anos de mandato para o presidente? Isso significaria eleições presidenciais no próximo ano, o que, na opinião do governador Amazonino Mendes — partidário da discussão do mandato amanhã —, "pode comprometer o sistema democratico".

Não só isso. Tal decisão só traria prejuízos para o País, de acordo com o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. Definindo no fim de semana o mandato de quatro anos, "a campanha sucessória começaria na segunda-feira", Simon diz que um partido como o PMDB começar um debate interno para escolher candidatos afetaria profundamente os trabalhos da Constituinte.

OS CONVENCIONAIS

A divisão é tamanha no PMDB que não se sabe, por exemplo, de que lado está a segunda maior delegação do partido, a de Minas Gerais. Cada um acha que a sua idéia tem maioria. O governador Newton Cardoso — para quem a Constituinte é "soberana e altaneira" para discutir a questão — não tem dúvida de que cinco anos e presidencialismo é a posição dos mineiros. Ele dá até números: apenas 11 deputados votariam pelos quatro anos.

A direção executiva peemedebista de Minas vê outra realidade. O vice-presidente Roberto Martins apresenta números totalmente diferentes: dos 107 votos de 88 convencionais, 67 (perto de 60%) serão favoráveis aos quatro anos.

Ao mesmo tempo que a tendência dos mineiros é divergir, a dos paranaenses parece ser convergir para a posição do governador Álvaro Dias e a vontade do presidente Sarney. Consultada mais da metade dos deputados delegados à convenção, eles defenderiam até seis anos de mandato se a opção ainda valesse. Um levantamento do Palácio Iguaçu diz que 80% dos 76 convencionais ficarão com os cinco anos. Até Álvaro Dias mudou de posição, ele que há algum tempo votou por quatro.

Já a bancada do Rio não quer nem uma coisa nem outra. Prefere mesmo é que a questão não seja discutida, segundo orientação do governador Moreira Franco. A delegação gaúcha, de seu lado, está praticamente dividida em partes iguais e, contrastando com a paranaense, tem como tendência adotar o parlamentarismo. Situação parecida acontece com a delegação baiana, com pequena vantagem para o mandato de cinco anos, mas prevalecendo ligeiramente o presidencialismo.